

**INSTRUMENTO DE TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE LIMITADA EM SOCIEDADE
ANONIMA FECHADA**

OTIZ FACTORING FOMENTO COMERCIAL LTDA

CNPJ: 52.074.169/0001-90

NIRE: 33.2.1300897-9

MARCELO DO NASCIMENTO GARCIA, brasileiro, natural de Sorocaba, estado do São Paulo, solteiro, nascido em 09 de agosto de 1982, Empresário, residente e domiciliado à Alameda da Nobreza, nº 07, Condomínio Vila Real, Curral, na cidade de Ibiúna, estado do São Paulo, CEP: 18.150-000, portador da cédula de identidade RG nº 45.551.626-1, expedida pelo SSP/SP, e do CPF nº 306.643.328-54;

A pessoa natural acima qualificada, único sócio do instrumento de contrato social que constitui a sociedade limitada **OTIZ FACTORING FOMENTO COMERCIAL LTDA**, estabelecida na Avenida São Sebastiao, nº 192, sala A002, 3º Andar, Centro, na cidade do Ibiúna, estado do São Paulo, CEP: 18.150-000, devidamente registrada na Junta Comercial do Estado do São Paulo – JUCESP sob o NIRE nº 35.262.133.830 em sessão de 05 de setembro de 2023 e CNPJ sob o nº 52.074.169/0001-90, resolvem alterar seu contrato social, mediante as cláusulas e condições adiante expressas:

DA ALTERAÇÃO

PRIMEIRA – Admite-se na sociedade a sócia pessoa jurídica **ZITO CAR REPARACOES AUTOMOTIVAS LTDA**, inscrita sob o nº de CNPJ 08.143.415/0001-26 e NIRE 35.234.282.338, com sua sede à Rodovia Bunjiro Nakao, nº 1000, Rio de Una, na cidade do Ibiúna, estado do São Paulo, CEP: 18.150-000, representada por **MARCELO DO NASCIMENTO GARCIA**, brasileiro, natural de Sorocaba, estado do São Paulo, solteiro, nascido em 09 de agosto de 1982, Empresário, residente e domiciliado à Alameda da Nobreza, nº 07, Condomínio Vila Real, Curral, na cidade de Ibiúna, estado do São Paulo, CEP: 18.150-000, portador da cédula de identidade RG nº 45.551.626-1, expedida pelo SSP/SP, e do CPF nº 306.643.328-54.

SEGUNDA - O sócio **MARCELO DO NASCIMENTO GARCIA**, já qualificado no preâmbulo, transfere a título oneroso 90.000 (noventa mil) quotas, equivalente a R\$ 90.000,00 (noventa mil reais) para a sócia ingressante **ZITO CAR REPARACOES AUTOMOTIVAS LTDA**, já qualificada no preâmbulo, sendo a importância mencionada isenta de ITCMD.

TERCEIRA - O capital social, no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), divididos em 300.000 (trezentos mil) quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, sendo distribuídas pelos sócios da seguinte forma:

MARCELO DO NASCIMENTO GARCIA

Subscreve 210.000 quotas no valor de _____ R\$ 210.000,00

ZITO CAR REPARACOES AUTOMOTIVAS LTDA

Subscreve 90.000 quotas no valor de _____ R\$ 90.000,00

TOTAL GERAL DO CAPITAL SOCIAL _____ **R\$ 300.000,00**

QUARTA – Transforma-se esta **SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA** em uma **SOCIEDADE ANONIMA FECHADA**.

QUINTA – Em virtude da transformação aprovada resolvem os sócios denominados agora como acionistas, aprovar a alteração da razão social para **OTIZ SECURITIZADORA S/A**.

SEXTA – Resolvem os acionistas aprovar por unanimidade a alteração do objeto social da sociedade, ficando agora da seguinte forma:

A sociedade tem como objeto:

1. As atividades de administração de carteira de títulos e valores para terceiros;
2. As atividades de corretagem, intermediação, mediação de negócios ou serviços, sem especificação definida, promovendo a integração entre profissionais e empresa;
3. A aquisição e securitização de quaisquer direitos creditórios de título e valores mobiliários lastreados em direitos de crédito;
4. A aquisição e securitização de quaisquer direitos de crédito imobiliários e de títulos valores mobiliários lastreados em direitos de créditos imobiliários;
5. Atividade de consultoria em gestão empresarial;
6. Atividade de cobrança e informações cadastrais.

SÉTIMA – Os acionistas resolvem eleger os membros da diretoria para o mandato de 3 (três) anos, com início no dia 09 de abril de 2025 à 08 de abril de 2028. Foi eleito **MARCELO DO NASCIMENTO GARCIA** como Diretor Presidente, aceitando o cargo, conforme Termo de Posse anexado junto a esse instrumento.

OITAVA – Aprovam o boletim de subscrição da empresa, sendo que o capital social de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), com o valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, subscritas e integralizadas em moeda corrente, com isso ficando então 300.000 (trezentas mil) de ações com direito a voto, distribuídas entre os acionistas da seguinte forma, em conformidade com o boletim de subscrição anexado junto a esse instrumento:

| ACIONISTAS | ACÇÕES ORDINÁRIAS | PARTICIPAÇÃO |
|---|--------------------------|---------------------|
| MARCELO DO NASCIMENTO GARCIA | 210.000 | 70% |
| ZITO CAR REPARACOES AUTOMOTIVAS LTDA | 90.000 | 30% |
| TOTAL | 300.000 | 100% |

NONA – Os acionistas aprovam por unanimidade o Estatuto Social da Sociedade, que é transcrito na íntegra conforme Anexo I.

ANEXO I

ESTATUTO SOCIAL

OTIZ SECURITIZADORA S/A

CÁPITULO I – DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E PRAZO

Artigo 1º - A **OTIZ SECURITIZADORA S/A** é uma sociedade anônima de capital fechado, regida pelo presente Estatuto e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis.

Artigo 2º - A sociedade terá a sua sede na Avenida São Sebastiao, nº 192, sala A002, 3º Andar, Centro, na cidade do Ibiúna, estado do São Paulo, CEP: 18.150-000, podendo sua administração estabelecer filiais, agências ou sucursais em qualquer ponto de território nacional.

Artigo 3º - A sociedade tem como objeto:

1. As atividades de administração de carteira de títulos e valores para terceiros;
2. As atividades de corretagem, intermediação, mediação de negócios ou serviços, sem especificação definida, promovendo a integração entre profissionais e empresa;
3. A aquisição e securitização de quaisquer direitos creditórios de título e valores mobiliários lastreados em direitos de crédito;
4. A aquisição e securitização de quaisquer direitos de crédito imobiliários e de títulos valores mobiliários lastreados em direitos de créditos imobiliários;
5. Atividade de consultoria em gestão empresarial;

6. Atividade de cobrança e informações cadastrais.

Artigo 4º - O prazo de duração da sociedade será por tempo indeterminado.

CAPÍTULO II – DO CAPITAL SOCIAL E DAS AÇÕES

Artigo 5º - O capital da Companhia é de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) representado por 300.000 (trezentos mil) ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, sendo integralizado em moeda corrente nacional.

Parágrafo Primeiro – Os acionistas terão direito de preferências para subscrição de aumento de capital, na proporção do número de ações que possuem.

Parágrafo Segundo – A cada ordinária nominativa corresponderá um voto nas deliberações das Assembleia Gerais.

Parágrafo Terceiro – Os aumentos de capital social advindo de capitalização de lucros reservas não acarretarão aumento na quantidade de ações representativas do capital.

Artigo 6º - A propriedade das ações de Sociedade presumir-se-á pela inscrição do nome do acionista no livro de “Registro de Ações” e a Sociedade somente emitirá certificados de ações a requerimento do acionista, sendo cobrados deste os respectivos custos.

Parágrafo Único – As cautelas ou certificados de ações, quando emitidos, serão assinados por 1 (um) Diretor, ou por 2 (dois) procuradores com poderes especiais.

CAPÍTULO III – DAS ASSEMBLÉIAS

Artigo 7º - As Assembleias Gerais serão Ordinárias ou Extraordinárias. As Assembleias Gerais Ordinárias realizar-se nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao encerramento do exercício social e as Extraordinárias sempre que necessário, seja em função dos interesses da Sociedade, ou de disposição deste Estatuto, ou quando a legislação aplicável assim exigir.

Artigo 8º - As Assembleia Gerais serão convocadas pelo Diretor Presidente ou seu substituto e presididas pelo Diretor Presidente ou, na ausência, pelo seu substituto, ou na ausência de ambos, pelas

acionistas que na ocasião for escolhido por maioria de votos dos presentes. O Presidente da Assembleia indicará o Secretário dentre os presentes.

Artigo 9º - Somente poderão tomar parte e votar nas Assembleias Gerais os acionistas cujas ações estejam inscritas em seu nome, no registro competente, até 03 (três) dias antes da data marcada para sua realização.

Artigo 10º - As deliberações das Assembleias Gerais, ressalvadas as hipóteses especiais previstas em lei, serão tomadas por maioria absoluta dos votos dos presentes, não se computando os votos em branco.

Artigo 11º - Compete privativamente às Assembleias Gerais deliberar sobre as seguintes matérias:

- a) Quaisquer modificações e/ou reformas do estatuto social da Sociedade, inclusive, mas sem limitação, o aumento e a redução do capital social e as alterações no objeto social;
- b) Eleição ou destituição, a qualquer tempo, dos membros da diretoria e conselho fiscais da Sociedade, ressalvados os casos previstos em lei;
- c) Aprovação das contas dos administradores e das demonstrações financeiras por eles apresentadas;
- d) Aprovação da operação de cisão, fusão, incorporação, liquidação, e dissolução da Sociedade;
- e) Autorização para emissão de debêntures e partes beneficiárias;
- f) Constituição de ônus reais e prestação de quaisquer garantias em nome da Sociedade ou relativos a obrigação de terceiros
- g) Aquisição, alienação ou oneração de participação em outras sociedades.

CAPÍTULO IV – DA ADMINISTRAÇÃO

Artigo 12º - A sociedade será administrada por uma Diretoria constituída por 01 (um) Diretor, acionista ou não, residente no País, eleito pela Assembleia Geral dos acionistas, para um mandato de 03 (três) anos, permitida a reeleição. Incumbirá à Assembleia Geral fixar as remunerações globais anuais dos administradores.

Parágrafo Único – A Assembleia Geral deverá indicar dentro os membros da Diretoria o Diretor Presidente.

Artigo 13º - Em caso de vacância, ausência e ou impedimento de um dos cargos da Diretoria, será convocada imediatamente uma Assembleia Geral para eleger o substituto, que completará o mandato do Diretor substituído.

Artigo 14º - Compete à Diretoria a administração dos negócios sociais em geral e prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes, ressalvados aqueles para os quais, seja por lei ou pelo presente Estatuto da Sociedade, é atribuída competência à Assembleia Geral. Seus poderes e obrigações incluem, mas não estão limitados, entre outros, aos seguintes:

- a) Zelar pela observância de lei de deste Estatuto;
- b) Zelar pelo cumprimento das deliberações tomadas nas Assembleias Gerais e nas suas próprias reuniões;
- c) Administrar, gerir e superintender os negócios sociais;
- d) Emitir e aprovar instruções e regulamentos internos que julgar úteis ou necessários;
- e) Distribuir, entre seus membros, as funções de administração da Sociedade;
- f) Preparar e apresentar demonstrações financeiras e orçamento anuais e trimestrais à Assembleia Geral dos acionistas.

Parágrafo Único – A venda, permuta, transferência ou alienação por qualquer forma, ou a hipoteca, penhor ou constituição de ônus de qualquer outra espécie sobre bens imóveis e/ou marcas, patentes, concessões, permissões, licenças e registros públicos sobre produto ou processo de produção, da Sociedade dependente da autorização e aprovação dos acionistas representado a maioria capital votante em assembleia geral. A venda, permuta, transferência ou alienação de bens móveis da Sociedade deve ser aprovada em Reunião de Diretoria.

Artigo 15º - Competente ao Diretor da sociedade:

Parágrafo Primeiro – Compete ao qualquer Diretor: a) representar a Sociedade ativa ou passivamente em qualquer juízo ou fora dele, perante terceiros, quaisquer repartições públicas ou autoridades federais, estaduais e/ou municipais, bem como autarquias, sociedades de economia mista e entidades paraestaduais; b) assinar documentos e outro papéis de rotina de Sociedade; c) representará a sociedade perante Receita Federal do Brasil.

Parágrafo Segundo – Compete ao qualquer Diretor: a) assinatura de escrituras de qualquer natureza; b) letras de câmbio, cheques, ordens de pagamento, endosso, destinados à cobrança ou depósito em nome da companhia; c) contrato geral, quaisquer outros documentos ou atos que importem em responsabilidade ou obrigação para Sociedade ou que exonerem de obrigações para os terceiros; d) negociação, desistência ou a renúncia de direitos.

Parágrafo Terceiro – O Diretor, poderá outorgar procuração específica a um Diretor, desde que investidos em especiais e expressos poderes, pelo máximo de 1 (um) ano.

Artigo 16º - As procurações serão outorgadas em nome da Sociedade pelo Diretor, devendo especificar os poderes conferidos e, com exceção daquelas para fins judiciais, terão período de validade limitado, no máximo, a 1 (um) ano.

Artigo 17º - São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Sociedade, os atos de qualquer Diretor, procurador ou funcionários que a envolvem em obrigações relativas a negócios ou operações estranhas ao objeto social, tais como fiança, avais, endossos, ou quaisquer garantias em favor de terceiros.

Artigo 18º - A Diretoria reunir-se-á sempre que convocada por qualquer de seus membros, com antecedência mínima de 3 (três) dias, e somente será instalada com a presença da maioria de seus membros em exercício.

Parágrafo Único – As deliberações de Diretoria constatação de atas lavradas em livro próprio e serão pela maioria de votos dos presentes, cabendo ao Diretor Presidente o voto de desempate.

CAPÍTULO V – DO CONSELHO FISCAL

Artigo 19º - O Conselho Fiscal é funcionamento não permanente.

Artigo 20º - O Conselho Fiscal somente será instalado a pedido dos acionistas e possui as competências, responsabilidade e deveres definidos em lei.

Parágrafo Único: O conselho fiscal será composto de, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros, e suplentes em igual número, acionistas ou não, eleitos pela assembleia-geral

Artigo 21º - As atribuições e poderes do Conselho Fiscal são os conferidos por lei.

Artigo 22º - As regras sobre constituição e atribuições do Conselho Fiscais, requisitos, impedimentos, deveres e responsabilidades, bem como sobre renumeração, pareceres e representação de deus membros são as estabelecidas no Capítulo XIII da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

CAPÍTULO VI – DO EXERCÍCIO SOCIAL

Artigo 23º - O exercício social tem início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano.

Artigo 24º - No fim de cada exercício será levantado um balanço geral, observadas as disposições legais vigentes. Dos lucros líquidos verificados será deduzida a parcela de 5% (cinco por cento) para constituição de reserva legal, que não exercerá 20% (vinte por cento) do capital social. O restante terá a destinação que lhe for determinada pela Assembleia Geral, desde que tenha distribuído aos acionistas um dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento), na forma do artigo 202 da Lei nº 6404, de 15 de dezembro de 1976, observando o disposto do artigo 6º deste Estatuto.

Artigo 25º - A sociedade poderá, de acordo com a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, levantar balanços anuais, semestrais, ou períodos menores, e com base nelas a Diretoria deliberará sobre o pagamento de dividendos na forma da Lei, à conta dos lucros apurados em balanço anual, semestral ou em períodos menores, bem como à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros existentes no último balanço anual ou semestral. Fica a Diretoria autorizada, ainda, a distribuir dividendos por conta do dividendo mínimo obrigatório referido no artigo anterior, antes da realização da Assembleia Geral Ordinária, mas “ad referendum” da mesma.

Parágrafo Único – Observadas as disposições legais a respeito, a Sociedade poderá pagar a seis acionistas, por deliberação da Assembleia Geral, juros sobre o capital próprio, os quais poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório.

CAPÍTULO VII – DA LIQUIDAÇÃO

Artigo 26º - A sociedade entrara em liquidação nos casos legais, competindo a Assembleia Geral estabelecer o modo da liquidação e nomear o liquidante e o Conselho Fiscal que devam funcionar durante o período da liquidação.

CAPÍTULO VIII – DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 27º - Os dividendos não recebidos ou reclamados prescreverão no prazo de 3 (três) anos, contado da data em que tenham sido postos à disposição dos acionistas, e reverterão em favor da Sociedade.

CAPÍTULO IX – FORO

Artigo 28º - Fica Eleito o Foro da Cidade de Ibiúna, estado de São Paulo, com renúncia de qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja, como o único competente a conhecer e julgar qualquer questão ou causa que, direta ou indiretamente, derivem da celebração deste Estatuto Social ou da aplicação de seus preceitos.

Ibiúna/SP, 09 de abril de 2025.

MARCELO DO NASCIMENTO GARCIA
Diretor Presidente
Acionista

ZITO CAR REPARACOES AUTOMOTIVAS LTDA
Acionista
Representada por
MARCELO DO NASCIMENTO GARCIA